



ENATIVISMO E MEMÓRIA

Resenha de: HUTTO, Daniel; MYIN, Erik. Remembering. In: HUTTO, D.; MYIN, E. *Evolving enactivism: basic minds meet content*. Cambridge, MA; London: The MIT Press, 2017. p. 203-232. <https://doi.org/10.7551/mitpress/9780262036115.003.0009>

César Fernando Meurer
Doutor em Filosofia
Postdoctoral Visiting Scholar
Departamento de Filosofia da Università Degli Studi di Milano (2017-8).

“Evolving enactivism” (Hutto e Myin, 2017 – doravante H&M) é uma das publicações mais importantes do ano de 2017 no âmbito da filosofia da mente. Nela encontramos um capítulo dedicado ao tema da memória, sabidamente um ponto difícil para o paradigma enativista da cognição. No presente trabalho, apresento e comento cinco ideias centrais tratadas nesse capítulo. Faço-o com dois propósitos: divulgar a pauta enativista na comunidade filosófica brasileira e chamar a atenção para a importância da filosofia da memória.

1ª ideia: A memória humana não é um sistema único [p. 203]

H&M iniciam o capítulo “Remembering” com uma tese amplamente aceita na comunidade científica: a memória humana dificilmente é um sistema único. Quer isso significar que provavelmente existem vários tipos/sistemas de memória. “Em um lado do espectro encontramos tipos de memórias puramente incorporadas e enativas. No outro lado, encontramos formas de memória carregadas de conteúdo” (H&M, p. 203).¹

No passado, estudiosos tipicamente presumiam que a memória seria um sistema único, provavelmente localizado no cérebro, ao qual outras faculdades (sistema sensorial, linguagem, controle motor etc.) estariam de algum modo conectadas. Conteúdos diversos –

¹ A tradução dessa e de todas as demais citações diretas é minha (tradução livre).

itens linguísticos, regras, imagens, sons, saberes práticos e uma infinidade de outras coisas – seriam armazenados nesse sistema para uso futuro. Nessa linha, o fato de você lembrar do rosto da sua mãe significa (i) que você tem, na memória, uma imagem do rosto dela; e (ii) que você consegue acessar mentalmente esse conteúdo independente da presença dela. Nos últimos 20 anos, esse entendimento vem sendo profundamente revisado. Com efeito, a revolução na filosofia da memória – estão hoje em discussão não apenas o que é a memória, mas também suas funções, seu funcionamento, sua relação com a linguagem, dentre outros – tem impacto em diversas subáreas da filosofia.

2ª ideia: Memórias procedurais são incorporadas [p. 204-206].

Desdobrando a 1ª ideia, H&M chamam a atenção para o fato de que certas memórias têm forma procedural: lembro *como* andar de bicicleta, *como* preparar certo alimento, *como* digitar no computador usando vários dedos, *como* tocar uma música no violão e assim por diante. Para os autores, essas memórias são *incorporadas* [embodied rememberings / embodied acts of remembering]. Elas “não demandam a representação de eventos ou acontecimentos passados específicos e, especialmente, não demandam representar [tais acontecimentos] como sendo do passado” (H&M, p. 205).

Outras memórias nossas, eles prosseguem, têm forma declarativa (i.e., são explícitas): lembro *que* aprendi a andar de bicicleta aos 05 anos de idade; *que* fiz um curso de datilografia de 120 horas; *que* aprendi os primeiros acordes em um violão emprestado e assim por diante. Diferente das memórias incorporadas, as memórias explícitas demandam representações ou conteúdos representados. Com efeito, para H&M esta é a diferença crucial entre memória procedural e declarativa: a ausência/presença de representações.

Na descrição das memórias procedurais/incorporadas, os autores fazem uma colocação que eu gostaria de problematizar: “Para a maioria dos animais não-humanos isso é geralmente uma questão de lembrar como atrair um companheiro ou como dominar certa presa. No caso dos humanos, tais memórias são *profundamente moldadas por influências culturais*” (H&M, p. 204 – itálico acrescentado). Direto ao ponto: quais são as evidências e qual é o argumento que permite concluir que as memórias procedurais/incorporadas humanas são profundamente moldadas pela cultura? Ao meu modo de pensar, humanos não são assim tão diferentes dos outros animais. Tenho em conta que a psicologia evolucionária produziu, ao longo das

últimas décadas, um amplo inventário de procedimentos humanos que são cross-culturais e, assim se argumenta, moldados pela evolução (procedimentos diversos ligados à sexualidade, ao convívio social etc.).

Ainda acerca das memórias procedurais/incorporadas, H&M insistem que elas: “podem ser entendidas como enativas ou incorporadas e sem conteúdo [contentless], na medida em que demandam nada mais do que um padrão familiar de resposta pronta, embora com ajustes que sejam dinamicamente sensíveis às mudanças nas circunstâncias e no contexto” (H&M, p. 205).

Minha questão: o que faz com que certo padrão de resposta adquira o status ‘familiar’? A resposta mais plausível que consigo imaginar vai na linha de uma familiaridade filogenética, por assim dizer: ao longo do tempo evolucionário, um padrão de resposta se consolidou por ser vantajoso em termos de sobrevivência, reprodução etc. Se isso está correto, então em que sentido essas memórias são “contentless”? Ao invés de “contentless”, elas poderiam ser descritas como portadoras de um conteúdo específico burilado e acumulado ao longo do tempo evolucionário.

3ª ideia: Memórias autobiográficas são narrativas [p. 206-214].

Chamamos ‘autobiográficas’ as memórias que incluem o ‘eu’ como conteúdo lembrado. Quem lembra autobiograficamente está lembrando algo *de si*. Lembrar é uma espécie de reconhecer / perceber / sentir *a si* em um episódio passado.

A psicologia sócio-interacionista do desenvolvimento – uma das tradições de pensamento mais consolidadas nessa matéria – defende que memórias autobiográficas possuem natureza inerentemente narrativa. H&M (p. 208) formulam assim a tese básica dessa tradição: “um tipo especial de interação social, que envolve práticas narrativas, possibilita um tipo especial de cognição, a memória autobiográfica”.

H&M dedicam várias páginas aos desdobramentos dessa tese, ao longo das quais se lê que: a) Memórias autobiográficas emergem graças a interações sociais focadas na narração e re-narração de eventos vividos; b) A linguagem é o mediador principal dessas interações; c) As narrativas de eventos vividos são pautadas por modelos socioculturais; d) Essa

competência narrativa não é inata, mas sim uma habilidade adquirida e aprimorada ao longo de vários estágios do desenvolvimento ontogenético; e) Um estágio particularmente importante é quando a criança, engajada com um adulto na elaboração conjunta de uma narrativa de certo episódio passado, se dá conta que as lembranças dela não são iguais às da outra pessoa; f) Nessa circunstância, argumenta-se, ela descobre que enunciados sobre o passado pessoal podem ser mais ou menos precisos, isto é, mais ou menos condizentes com os fatos; g) Ademais, graças às práticas narrativas a criança descobre que ela própria tem uma existência temporalmente estendida, o que permite que seja personagem das próprias memórias.

Ao invés de aprofundar a discussão desses pontos (de fato, muito pode ser dito e debatido em torno deles), avanço para o seguinte: o que a teoria sócio-interacionista do desenvolvimento diz sobre memórias autobiográficas pode ser interpretado de diversas formas. Pode-se, por exemplo, fazer uma “leitura conservadora”, segundo a qual as memórias autobiográficas existem independente das habilidades narrativas do indivíduo. O aprimoramento dessas habilidades melhoraria o acesso, por assim dizer, a essas memórias. O ponto-chave, segundo essa leitura, é que “as capacidades narrativas não seriam uma condição necessária para ter memórias com conteúdo autobiográfico” (H&M, p. 213). Alternativamente, pode-se fazer uma “leitura radical”: as habilidades narrativas são condição necessária para o surgimento desse tipo de memória. Nessa linha, “antes de ser capaz de construir narrativas significativas sobre o passado, não seria possível representar o passado de modo autobiográfico” (H&M, p. 214).

4ª ideia: Memórias autobiográficas contrastam com memórias episódicas [p. 215-221].

Vimos que certas memórias episódicas são autobiográficas, isto é, fazem referência ao ‘eu’. Outras, no entanto, não o são: a pessoa lembra um episódio específico sem reconhecer / perceber / sentir a si mesma como personagem desse episódio. H&M (p. 216) entendem que o exame desse contraste [memórias autobiográficas vs. memórias episódicas] ajudará a esclarecer (i) se as memórias autobiográficas são realmente um tipo específico de memória, e (ii) se a interpretação radical, mencionada acima, é justificada ou não.

Nessa altura do trabalho, H&M procuram uma aproximação com a teoria simulacional da memória. Com amplo suporte empírico, essa matriz teórica cogita que lembrar é um exercício de imaginar o passado – algo que não difere muito de imaginar o futuro (pensamento episódico futuro) e de imaginar alternativas a episódios passados (pensamento contrafactual). Sob esse prisma, lembrar um episódio proporciona ao indivíduo algo que pode ser descrito como ‘re-experienciar’. Imaginar o futuro, por sua vez, ganha contornos de ‘pré-experienciar’ (Para uma apresentação detalhada da teoria simulacional da memória, consultar o verbete ‘Memory’ da Stanford Encyclopedia of Philosophy).

Memórias autobiográficas contrastam com memórias episódicas (tal como estas são entendidas pela teoria simulacional) em um ponto relevante: elas são algo mais do que simplesmente lembrar um episódio, uma vez que incluem o significado e a importância desse episódio *para mim*. Logo, é crucial esclarecer em que sentido o ‘eu’ participa, por assim dizer, das memórias autobiográficas. Uma linha de raciocínio promissora é esta: memórias episódicas incluem o ‘eu’ apenas de modo implícito, isto é, o ‘eu’ não é ele próprio um conteúdo lembrado mas algo subjacente aos conteúdos lembrados; memórias autobiográficas, por sua vez, incluem o ‘eu’ explicitamente, isto é, o ‘eu’ é ele próprio conteúdo lembrado.

H&M são otimistas em relação à compatibilidade da teoria sócio-interacionista do desenvolvimento com a teoria simulacional da memória episódica. Segundo eles, essa aliança teórica pode explicar (i) por que as nossas memórias da primeira infância, isto é, dos episódios vividos antes do desenvolvimento de competências narrativas, são comparativamente difusas e fragmentadas; (ii) a importância de interagir linguisticamente sobre episódios vividos; (iii) que a memória autobiográfica requer, de fato, habilidades narrativas [a leitura radical, mencionada acima]; (iv) o modo como aprendemos a produzir e a distinguir afirmações verdadeiras sobre o passado. Em suma, a compatibilização das duas teorias em comento sugere um link forte entre as práticas narrativas e a capacidade de lembrar do passado pessoal. Possivelmente, “apenas indivíduos que adquirem a habilidade de fazer narrativas autobiográficas sobre o seu passado poderiam ter *quaisquer* pensamentos significativos e com conteúdo sobre suas memórias” (H&M, p. 221).

5ª ideia: *A função básica das memórias autobiográficas não é a verdade dos fatos* [p. 221-232].

É amplamente difundida, inclusive para além do meio científico, a ideia segundo a qual a memória está primordialmente a serviço da verdade. Conforme essa ideia, lembrar bem é questão de lembrar de modo fidedigno, sem omissão ou distorção, aquilo que efetivamente aconteceu. Logo, a memória é um sistema encarregado de armazenar, preservar e, quando for o caso, reproduzir conteúdos de experiências passadas. Vale notar que esse entendimento guarda sintonia com outra ideia amplamente difundida, a saber, que a percepção está a serviço da verdade (i.e., perceber bem é perceber corretamente o que há/acontece). A sintonia pode ser enunciada assim: “a memória estende nosso contato cognitivo com o mundo para além do aqui e agora da percepção” (H&M, p. 222).

Esse entendimento vale para as memórias autobiográficas? H&M pensam que não. Com efeito, se a função básica da memória autobiográfica é a verdade dos fatos, então como explicar por que ela falha sistematicamente nesse quesito? H&M (p. 223-4) revisam literatura especializada em torno de distorções frequentes tais como (a) a troca de perspectiva: a experiência original [*field perspective*] é recordada do ponto de vista de um observador [*observer perspective*]; (b) o efeito telescópio [*telescoping effect*]: eventos recentes dão a impressão de estarem temporalmente mais distantes do que eventos menos recentes e vice-versa; (c) a extensão dos limites [*boundary extension*]: recordamos mais do que efetivamente aconteceu; um aumento ou inflacionamento.

Além da propensão à distorção, a memória humana é propensa à falsidade, isto é, à recordação “criativa” de episódios que não aconteceram. Aqui, H&M (p. 224-6) comentam literatura empírica recente que mostra que é possível implantar/gerar memórias falsas por meio de procedimentos simples que servem-se de imagens, ou de pequenas histórias escritas, ou de fotos editadas, ou simplesmente da estimulação da imaginação. A intenção dos autores é clara: é um equívoco presumir que a função básica da memória autobiográfica seja a verdade dos fatos. É preciso “repensar a função principal, ou funções, das memórias autobiográficas como algo diferente da reprodução representativa fiel” (H&M, p. 228).

Com base em literatura empírica, H&M (p. 228-231) sinalizam que a memória autobiográfica a) desempenha um papel relevante “no estabelecimento da coesão social”, uma vez que o lembrar juntos “tem mais a ver com forjar e manter relações duradouras do que com representar acuradamente o passado” (p. 228-9); b) “está positivamente correlacionada com a

saúde mental” (p. 229); c) “é importante para o nosso bem estar” (p. 229) visto que a narração ajuda a lidar com episódios estressantes, renegociando e acomodando impulsos e sentimentos.

Os autores fazem questão de ressaltar que a busca da verdade continua sendo importante. Apenas, ela não é a função básica ou primordial das memórias episódicas. “Buscar a verdade sobre o passado pessoal é um empreendimento sofisticado, que só somos capazes de levar adiante devido a nossa familiaridade com as normas desse peculiar empreendimento social. Normalmente, o sucesso neste esforço requer o cuidado e o esforço de muitas pessoas” (H&M, p. 231).

Ao meu modo de pensar, os benefícios há pouco mencionados – coesão social, saúde mental, bem estar – são benefícios da prática narrativa. Assim, além de dizer que a competência narrativa é condição necessária para o surgimento da memória autobiográfica, H&M estão sugerindo que os benefícios daquela figuram como função desta. Se é assim, então narrativas autobiográficas e memórias autobiográficas são a mesma coisa?

Para concluir: não é por acaso que o livro “Evolving enactivism” esteja recebendo tanta atenção na comunidade filosófica. Por conta disso, é pacífico posicioná-lo como leitura obrigatória para todas pessoas interessadas em filosofia da mente. Os debates contemporâneos em torno da memória, por sua vez, são significativos para diversas subáreas: filosofia da linguagem, epistemologia e ética, dentre outras.